

# A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.3 MAR / ABR '16 preço 1.00 Solidariedade 2.00



## A AUSTERIDADE NÃO ACABOU MOBILIZAR POR UM PROGRAMA DE ESQUERDA!



António Costa e Angela Merkel em Berlim, foto de Fabrizio Bensch/REUTERS

ORÇAMENTO DO  
ESTADO 2016 P4

O COMBOIO BERNIE  
SANDERS P8

XI CONGRESSO DO  
CIT P10

**LUTAR PELOS TRABALHADORES**

A Dívida não é dos trabalhadores, suspensão imediata do pagamento da dívida. Reembolso, mediante prova, dos pequenos aforradores e anulação dos títulos dos especuladores.

Nenhum sacrifício pelo euro. Anulação de todas as medidas de austeridade desde o 1º Plano de Estabilidade e Crescimento de 2010.

Fim do segredo comercial, temos o direito de saber para onde vai a riqueza produzida, divulgação pública de todos os livros de contas das empresas públicas e privadas.

Fim do sigilo bancário e fiscal para todas as empresas e para os ricos. Transparência total em todas as actividades financeiras e comerciais, em especial dos grandes grupos económicos. Fim dos offshores.

A riqueza da sociedade pertence a quem produz. Nacionalização, sob controlo dos trabalhadores e utentes, dos sectores chave da economia (água, energia, saúde, educação, transportes, comunicações, banca, seguros).

Não à privatização da Saúde, Educação e Segurança Social. O Estado Social pertence a quem trabalha e deve estar ao serviço do povo trabalhador. Criação de um plano de investimento público de reconstrução dos serviços públicos e de produção social e ambientalmente útil.

Aumento imediato do salário mínimo para 5€/hora tendo por base a semana de 40 horas para as grandes empresas e aumento progressivo para pequenas e médias. Aumento imediato das reformas e pensões mínimas para esse valor.

Redução da semana de trabalho para as 30 horas sem perdas salariais. Dividir o trabalho disponível pelos trabalhadores disponíveis com a elaboração de um plano de pleno emprego digno, social e ambientalmente útil.

A habitação é um direito fundamental, não pode ser um negócio. Parar todos os despejos, anulação da nova lei de arrendamento e abolição do IMI. Nacionalização das grandes empresas imobiliárias e criação de um plano de habitação digna e universal, com rendas adequadas ao nível de rendimento de cada agregado familiar.

Repor todos os cortes na Educação, dotar 10% do Orçamento para a Educação. Passe gratuito para todos os estudantes até aos 25 anos, aumento das bolsas de acção social e fim das propinas. Fim ao RJIES e a Bolonha. Apoiar a livre associação cultural, política e desportiva dos jovens através da construção de infraestruturas e espaços a nível local.

Acabar com a brutalidade policial e com o racismo institucional do sistema criminal, investir em reabilitação, formação profissional e emprego digno, não em prisões. Legalização total e direitos iguais para todos os trabalhadores imigrantes.

**QUEBRAR O BIPARTIDARISMO DO CAPITAL**

Por uma Frente Unida entre PCP, BE, esquerda extra-parlamentar, Sindicatos e movimentos sociais que construa pela base uma real alternativa social e política à alternância do Capital entre PS e PSD-CDS.

Por um programa Socialista que realmente responda à crise. O capitalismo não tem soluções. Por um plano económico democrático baseado nos interesses da vasta maioria e do ambiente. Defender a Democracia Socialista contra a Ditadura dos Mercados.

**SOCIALISMO E INTERNACIONALISMO**

O Capitalismo produz pobreza, desigualdade, destruição ambiental e guerra. Precisamos de uma luta internacional contra este sistema.

Solidariedade com as lutas dos trabalhadores e oprimidos internacionalmente – uma agressão a um é uma agressão a todos. Contra a UE dos patrões e especuladores, por uma Europa dos trabalhadores, livre e socialista.

Defender sempre uma posição independente da classe trabalhadora nos conflitos imperialistas e neocoloniais.

**O QUE É O COMITÉ POR UMA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES?**

O CIT é uma organização comunista internacional presente em mais de 50 países e todos os continentes.

Lutamos pelo fim da exploração capitalista que produz a miséria da maioria e a opulência da minoria, enquanto gera uma catástrofe ambiental. Queremos a planificação racional e ecológica da economia mundial sob o controlo democrático de todos os trabalhadores — o Socialismo.

*Se deseja assinar A Centelha, envie o seu contacto e faça o pedido para o nosso email*

**socialismo-revolucionario.org**  
**info@socialismo-revolucionario.org**  
**socialistworld.net 96 959 02 08**

**MOBILIZAR POR UMA MUDANÇA REAL. REMENDOS E CÔDEAS NÃO BASTAM!**

**APESAR DA CONQUISTA DE ALGUMAS CONCESSÕES IMPORTANTES ESTE É UM ORÇAMENTO PARA OS RICOS, ELABORADO POR UM GOVERNO DA CLASSE DOMINANTE.**

**Editorial****CONCESSÕES IMPORTANTES, COMO AS CONQUISTÁMOS?**

Como afirmámos anteriormente, apoiámos a tática adotada pela esquerda parlamentar, após as eleições, de travar a possibilidade de um governo da anterior coligação PSD-CDS e de colocar o PS à prova enquanto partido que, dizendo-se socialista, sempre governou em prol dos mais ricos.

No entanto, também alertámos que para essa tática ter êxito na reconquista de direitos, recuperação de rendimentos e reconstrução dos serviços públicos, ela teria de ter por base a mobilização, colocando no centro da disputa aqueles a quem diretamente interessa esse processo: o povo trabalhador. Alertámos para o perigo das negociações à porta fechada, deixando o campo aberto para a campanha de chantagem e ameaças da classe dominante, enquanto nós, trabalhadores, assistíamos de nossas casas.

Se é verdade que foi possível até agora arrancar algumas concessões, limitadas mas importantes, ao novo governo de Costa, elas não se deveram tanto às negociações e acordos com a esquerda, mas sim à dinâmica da luta de classes, nacional e internacional, e à luta das mulheres e comunidade LGBT. Num novo parlamento em que a direita tradicional é minoria e uma esquerda parlamentar mais forte, o PS é forçado a ceder por um instinto de sobrevivência, tenta ao máximo fugir à crise que vive toda a ex-social-democracia europeia.

Quando se anuncia prematuramente o fim da austeridade, como o fez Mariana Mortágua, faz-se precisamente o oposto do que a esquerda deve fazer, alimenta-se ilusões perigosas nos trabalhadores, desmobilizando-os, desarmando-os para a luta que está por fazer. Alimenta igualmente ilusões

no PS, adiando a sua crise, e dando-lhe fôlego para continuar a governar no interesse do grande capital, como ficou mais uma vez evidente com os processos do Banif e da TAP.

**UM ORÇAMENTO AUSTERITÁRIO**

O Orçamento do Estado para 2016, que analisaremos mais à frente (pág. 4), não marca o fim da austeridade, e muito menos uma reversão da lógica subjacente ao governo anterior. Ele representa apenas uma pequena pausa (ou abrandamento) da política de austeridade. As políticas centrais mantêm-se, a privatização de setores estratégicos continua, os mais ricos continuam a viver à sombra do Estado, enquanto quem vive do seu trabalho continua a pagar os juros e rendas agiotas da Dívida e das PPP.

Esta pausa acontece por duas razões centrais, que nada têm a ver com os acordos de governo. A primeira já a enumerámos, trata-se do medo do PS desaparecer como o seu gémeo grego. A segunda é a curta pausa na dinâmica da crise internacional possibilitada pelo crescimento dos EUA e pela injeção massiva de capital no sistema financeiro levada a cabo pelos principais bancos centrais. Mas a pausa é curta, o afundamento dos BRICS anuncia já uma nova recessão mundial, que ameaça ser pior que a de 2008.

**COM OS PARTIDOS CAPITALISTAS NÃO HÁ SOLUÇÕES**

As soluções necessárias para acabar com a austeridade e promover uma política que se baseie nas necessidades da humanidade e do planeta, forçando os ricos a pagar pela sua própria crise, não se encontram com os partidos que representam esses mesmos ricos, como o PS, mas contra eles. A rotatividade ao “centro” é o que permite à classe dominante continuar, incontestada, a exploração cada vez mais agressiva dos trabalhadores.

A esquerda deve trabalhar para se construir como alternativa socialista a estas forças, destruir todas as ilusões que os trabalhadores ainda têm no PS, explorando, através da luta, o medo que este tem de desaparecer. Este é também o caminho para mais concessões.

**MOBILIZAR POR UMA MUDANÇA REAL**

Graças à nova composição do parlamento, onde mais medidas de austeridade só são possíveis com o apoio do governo PS, temos novas condições favoráveis para, com uma mobilização contínua e crescente, conquistar a reversão completa da austeridade e construir uma mudança real, invés de uma política que pouco muda para que tudo fique na mesma.

Dizer que “não há condições para mais” neste momento representa uma capitulação que nos lembra o Syriza. Esta é a lógica que nos tem desarmado até hoje e possibilitado chegarmos a este ponto, é a lógica que todos devemos combater ativamente nos nossos locais de trabalho, escolas, universidades e bairros.

Há condições para muito mais. Através de um plano de mobilizações crescentes, armadas com um programa socialista que junte pela base os trabalhadores e jovens de toda a esquerda, é possível arrancar do PS muito mais do que aquilo que este, enquanto representante da burguesia, não quer dar e, quando este falhar, construir um verdadeiro governo de esquerda, 100% anti-austeridade.

Levar a cabo esta luta é a responsabilidade das lideranças da esquerda, devemos exigir que o façam. Caso contrário, “não há condições” para que se mantenham à frente das nossas organizações. Remendos e côdeas não bastam, precisamos de uma mudança real.

# UM ORÇAMENTO QUE SERVE O CAPITAL FINANCEIRO



Mário Centeno, foto LUSA

*Frederico Aleixo*

A discussão tecnocrática em torno do Orçamento do Estado (OE) tenciona colocá-lo acima da luta de classes, escamotear os interesses económicos que realmente defende. Ele é uma manifestação concreta da disputa entre os interesses do Capital e do Trabalho na distribuição do rendimento nacional, visível na contradição entre aquilo que a classe trabalhadora exige e aquelas que são as pretensões de Bruxelas e do patronato. Perceber este documento é, por isso, compreender o período histórico em que vivemos.

COMO ANALISAR UM ORÇAMENTO DO ESTADO

Por mais que nos impinjam que o Estado promove o bem-estar, a experiência de qualquer trabalhador reflectirá o contrário. A este propósito, convém distinguir a crítica marxista da crítica burguesa. A primeira suporta-se no materialismo histórico para demonstrar que o nascimento do Estado se confunde com o surgimento da sociedade de classes. Surgiu com a função de manter a dominação e a exploração de uma classe sobre outra. Neste caso, falando do estágio de desenvolvimento do capitalismo actual, o Estado serve para conservar e defender os interesses da burguesia sobre os interesses das restantes classes, principalmente do proletariado. Por sua vez, a intelligentsia burguesa propagandeia o neoliberalismo para legitimar o desmantelamento do sector público da economia, assim como o recuo nas suas funções sociais, e defender as

privatizações — entre outros mecanismos de acumulação de capital — em nome da eficiência e da poupança nas contas públicas. O Estado é muito útil para a burguesia, principalmente para o capital financeiro. Nem os mais desatentos ignoram que os nossos impostos serviram para resgatar a banca.

As receitas e as despesas de um Orçamento do Estado têm por isso subjacente a natureza de classe deste. A incidência e a proporcionalidade dos impostos sobre o Trabalho e o Capital serve de termómetro. Se os impostos castigarem os rendimentos pessoais e o consumo por via de impostos directos (IRS) e indirectos (IVA) para aliviar a carga fiscal das grandes empresas, por via da redução de IRC ou da pouca tributação de dividendos ou outros rendimentos de capital, estamos perante um favorecimento da burguesia. Outro exemplo é a distribuição das despesas orçamentadas para as funções do Estado. Se o financiamento da saúde ou da educação é sacrificado em nome de juros ou de negócios que prejudicam o erário público e favorecem os lucros do capital, sabemos para que lado pende a balança.

## ENTRE BRUXELAS E O ACORDO DE ESQUERDA

O governo do PS vive entre a comissão europeia e os partidos à sua esquerda. Um trapézio que exige habilidade do executivo nas várias negociações.

No dia 27 de Janeiro, assistimos às reticências de Bruxelas face à proposta inicial. Acusaram-na de irrealista nos cálculos do défice orçamental, défice estrutural e do crescimento económico. Um dos principais alvos foi a devolução de rendimentos acordada entre PS, BE e PCP por comprometer os “resultados” do ajustamento financeiro. A verdade é que Portugal, por força do Pacto de Estabilidade e Crescimento e da legislação “two pack” — um reforço da supervisão europeia dos orçamentos dos paí-

ses intervencionados —, está sujeito a visto prévio e sanções por défice excessivo caso não cumpra as metas. Obviamente, este rigor pode obedecer a “recomendações” da União Europeia. O objectivo é que Portugal reduza o seu défice estrutural até ao valor de 0,5% em conformidade com o Tratado Orçamental Europeu (TOE). Ora, estas nuances guardam dois problemas. O primeiro prende-se com o cálculo desse défice, uma abstracção teórica, visto que um saldo estrutural tem em conta a diferença entre receitas e despesas do Estado sem contar com as medidas extraordinárias ou o efeito do ciclo económico. A dificuldade reside em estabelecer subjectivamente a diferença entre medidas extraordinárias e estruturais, assim como o critério no cálculo das diversas variáveis do efeito ciclo. Isto levamos para o segundo obstáculo: a limitação da soberania do Estado. Mesmo com uma situação estável economicamente, o saldo entre receitas e despesas deve resultar em 0,5%, o que na prática obriga o país a austeridade ad eternum. Tudo isto parte de uma estratégia concertada por uma união de potências capitalistas em crise, que diante da falência bancária e da queda da taxa de lucro, transferem rendimentos do Trabalho para o Capital e títulos da dívida bancária para as finanças públicas.

No início de Fevereiro, o orçamento foi aprovado pela comissão europeia com alterações. Sem que o governo colocasse em causa as medidas que visavam a reposição de rendimentos, a verdade é que foi obrigado a medidas adicionais, de forma a cumprir 2,6% e não 2,8% de défice orçamental e 1,1% e não 1,3% de défice estrutural.

O governo faz um esforço para agradar gregos e troianos. Se desta vez conseguiu a aprovação na generalidade, fica por saber como no futuro conseguirá agradar Bruxelas sem romper com o acordo à esquerda.

## FIM DA AUSTERIDADE?

O objectivo do acordo assinado com o

PS foi não só evitar o empossamento de um governo de direita como acabar com os sacrifícios impostos nos últimos anos. E sem estar terminada a discussão na especialidade, podemos, contudo, tratar as medidas mais sonantes.

Do lado da receita, o aumento dos impostos é sobretudo feito por via dos impostos indirectos. A crítica não deve ser feita sobre a pertinência de, por exemplo, subir o imposto sobre o combustível para beneficiar o ambiente. A grande pergunta a ser colocada é: quem tributar? O capital envolvido neste sector não será directamente tributado nos seus lucros, pelo que o ónus recairá no consumidor que, na maioria das vezes, é assalariado. A este propósito, a subida mais debatida acabou mesmo por ser o aumento do imposto sobre produtos petrolíferos para 7 cêntimos o litro. Isto prejudica quem necessita de se movimentar por transporte próprio em zonas que pecam na oferta do transporte público, mas não

representa a inversão da austeridade. O governo promete ao país uma economia dependente. A palavra responsabilidade, repetida ad nauseam, só esconde subserviência. Enquanto se mantiver um projecto europeu dominado pelos governos representantes da banca e das grandes corporações, nada se espera senão a miséria dos trabalhadores em favor dos grandes lucros do capital monopolista. O TOE assegura que nem uma redução do montante da dívida se traduzirá num recuo da austeridade.

O acordo estabelecido entre BE, PCP e PS permite uma ligeira melhoria na vida dos mais empobrecidos, mas está longe de satisfazer as suas necessidades. A reposição de salários na função pública devolve o que foi tirado, não é progresso. O aumento das prestações sociais maquilha o enorme desemprego e os salários mínguas de quem trabalha, e é nestes ombros que o peso da receita fiscal continua a recair. Finalmente,

“O Orçamento do Estado para 2016 não representa a inversão da austeridade. O governo promete ao país uma economia dependente. A palavra responsabilidade, repetida ad nauseam, só esconde subserviência

só. A coincidir com um congelamento da produção petrolífera a ser negociado neste momento entre os maiores produtores, este acréscimo pode repercutir-se numa subida geral dos preços de todas as mercadorias. Falamos portanto de um imposto que recai sobre os trabalhadores e é, por isso, austeritário.

No que concerne aos impostos directos, não havendo alterações, isso significa que se manterá a carga fiscal herdada do executivo anterior. Com efeito, o IRS manterá os cinco escalões de rendimento e a taxa normal do IVA manter-se-á nos 23%. Por outro lado, as grandes empresas continuarão a beneficiar da reforma do IRC que reduzirá gradualmente o imposto sobre os rendimentos de capital. E mesmo considerando positivo o fim da isenção de IMI para fundos de investimento e fundos de

o Estado pagava em 2013 perto de 9 mil milhões de euros, quase o orçamento destinado à saúde este ano, e quase o dobro do destinado à educação. Para não mencionar o dinheiro injectado no Banif e o possível pagamento de 1800 milhões ao Santander no âmbito do caso das SWAPS. Um valor que permitiria não só repor rendimentos como ainda aumentá-los. Um valor que engorda o capital financeiro e condena Portugal a um dos maiores índices de desigualdade do hemisfério norte.

Nem o aumento das prestações sociais cala esta injustiça. O caminho não é o assistencialismo mas o pleno emprego com direitos.

## A LUTA É O CAMINHO

O Orçamento do Estado para 2016 não

representa a inversão da austeridade. O governo promete ao país uma economia dependente. A palavra responsabilidade, repetida ad nauseam, só esconde subserviência. Enquanto se mantiver um projecto europeu dominado pelos governos representantes da banca e das grandes corporações, nada se espera senão a miséria dos trabalhadores em favor dos grandes lucros do capital monopolista. O TOE assegura que nem uma redução do montante da dívida se traduzirá num recuo da austeridade.

O acordo estabelecido entre BE, PCP e PS permite uma ligeira melhoria na vida dos mais empobrecidos, mas está longe de satisfazer as suas necessidades. A reposição de salários na função pública devolve o que foi tirado, não é progresso. O aumento das prestações sociais maquilha o enorme desemprego e os salários mínguas de quem trabalha, e é nestes ombros que o peso da receita fiscal continua a recair. Finalmente,

## BANIF, MAIS UM ASSALTO QUE DEVERIA ABRIR O DEBATE PELA NACIONALIZAÇÃO DO SETOR FINANCEIRO

Foto de DC, retirada do Notícias ao Minuto



*Jonas Van Vossle*

**B**anif: o mais recente refrão de uma música aborrecidamente repetitiva. BPN, BPP, BES... Cada um deles levou o Estado português a injetar milhares de milhões de euros dos cofres públicos num buraco aparentemente sem fundo deixado pela especulação e a subsequente crise financeira. Enquanto os contribuintes vêem sacrificados os seus direitos, os serviços públicos, a sua dignidade e a justiça social, mais um banco é salvo porque é ‘too big to fail’ (demasiado grande para falhar); porque a sua falência – ao contrário do cidadão comum – iria afetar a estabilidade financeira do país.

A história é mais ou menos a mesma: o banco assumiu demasiados riscos nos investimentos, porque este risco oferecia maiores margens de lucro. No contexto da crise estes investimentos desvalorizam de tal maneira, que já não são cobertas pelo capital próprio da empresa, o banco já não consegue garantir os depósitos e é ameaçado de perder a linha de financiamento junto ao BCE, arriscando um bank-run. O caso do Banif tem a peculiaridade de demonstrar o caráter si-

nistro do anterior governo de Passos Coelho. Uma intervenção estatal para sustentar o banco ia dificultar-lhe vender a história da “saída limpa” e o governo iria falhar todos os seus objetivos orçamentais. A sua estratégia de esconder o problema estrutural no banco e a insustentabilidade da sua balança financeira até terem passado as eleições demonstra o seu eleitoralismo populista e intriguista. Esta estratégia, de esconder a úlcera do Banif desde 2013 aumentou o custo da intervenção pública para “salvar” o banco em quase dois mil milhões de euros.

A úlcera rebentou pouco tempo depois do governo Costa tomar posse. O governo português é hoje uma estranha balança de três pratos. Num assenta parte da elite económica, noutra uma pequeno-burguesia semi-soberanista que se opõe ao autismo autoritário do governo anterior, e noutra ainda as lideranças da esquerda parlamentar e dos principais sindicatos. A primeira exige manter os lucros do grande capital a todo o custo, a segunda preocupa-se apenas com o poder de compra para protecção da atividade económica do país, e a terceira, refletindo o desejo dos trabalhadores e classes médias, mas sem um plano de ação militante, man-

tém a sua atividade e propostas nos limites das instituições capitalistas.

Equilibrar esta balança é impossível, tendo em consideração a posição dependente e periférica do Estado português dentro do sistema capitalista europeu, que dita a política económica, financeira e orçamental. A ameaça de Bruxelas a 21 de dezembro de 2015 de retirar o estatuto bancário ao Banif, que lhe permitia ter acesso ao financiamento de emergência junto do BCE, demonstra isso. Considerando todas as alternativas apresentadas pelo governo – incluindo a nacionalização do banco dentro da CGD – como ilegais, as autoridades europeias obrigaram a implementar o seu modelo de resolução. Além dos 1,1 mil milhões de euros já injectados no banco em 2013, o Estado português terá de injetar um total adicional de potencialmente 3 mil milhões de euros, dos quais 2,3 mil milhões para “apoiar a venda dos activos e dos passivos do Banif ao comprador, bem como uma ajuda de até 422 milhões associada à transferência de activos [de risco elevado, fundamentalmente imobiliário] para um veículo de gestão de activos”, ao que se acrescenta ainda “uma almofada na forma de uma garantia estatal” para “aco-

modar potenciais mudanças de valor na parte comprada pelo Banco Santander Totta”[1]. Portanto o banco Santander comprou o Banif, um banco com uma quota de mercado de 2,5% e com seis mil milhões de euros em depósitos, por 150 milhões de euros – com uma ajuda pública até 4,1 mil milhões de euros. .

Esta cedência à solução europeia, que obriga o Estado português a garantir a estabilidade financeira do país, mas obriga também a transferir o banco “saudável” ao desbarato para as mãos de investidores privados – espanhóis, neste caso – apresentou imediatamente um assunto altamente frustrante para o governo Costa. A operação para “salvar” o banco precisava de uma retificação urgente do Orçamento de Estado no parlamento. A operação de salvar o banco à custa de fundos públicos – ainda para mais após seis anos de austeridade, é uma coisa politicamente indefensável; principalmente para o PCP e o BE que sustentam a maioria parlamentar de Costa. No entanto, a aceitação – no mínimo temporária – de uma responsabilidade governativa num quadro geral da economia política capitalista que não permite um governo que sirva os interesses da classe trabalhadora, colocou o BE e o PCP numa situação difícil; demonstrou-se pela primeira vez na prática o perigo dos acordos com o PS e da posição de “tudo menos Passos Coelho no poder!”. A esquerda encontrava-se perante o dilema de deixar cair o governo do PS ou aprovar a transferência de milhares de milhões de euros de fundos públicos para o banco privado Santander.

Os dois partidos, no final, recusaram, corretamente, apoiar o plano do governo e o Orçamento Retificativo: assim a sua aprovação ficou da responsabilidade dos partidos do sistema. No final de contas, o governo do PS – ou melhor; os interesses do mundo financeiro – foram salvos pelo PSD, o outro partido sistémico da classe dominante. Este ofereceu os votos necessários para passar a retificação do orçamento no parlamento. Para tal, no entanto, o PSD teve de engolir as suas declarações, proferidas duas semanas antes, de que Costa nunca contaria com o seu apoio. Esta posição “facilitou” a relação da esquerda com o go-

verno, mas mesmo assim deve-se questionar se a oposição parlamentar é suficiente. Mesmo que não retirasse de maneira definitiva a confiança no governo – um presente de 3 mil milhões de Euros a um grupo bancário privado não é um detalhe –, pelo menos a esquerda deveria ter utilizado a sua posição de força vis-a-vis o governo Costa para exigir um debate parlamentar profundo sobre o setor financeiro, não só para analisar o caso concreto numa comissão de inquérito como no caso do BES, mas também para lançar um debate público à volta de um modelo alternativo e socialista para o sector bancário. Para que esse debate tenha consequências reais, ele deve ser acompanhado pelo que mais importa, o envolvimento direto dos trabalhadores na luta. Existe um ódio visceral à política de resgate a banqueiros à custa do povo trabalhador, uma comissão parlamentar não é veículo para canalizar e organizar esse ódio em movimento combativo. Importa sim voltar às ruas, lançar uma campanha

a aprovação de uma transferência de 3 mil milhões de Euros públicos para a banca privada uma questão de “responsabilidade” governativa foi uma posição particularmente imperdoável para um candidato comunista.

Como socialistas revolucionários, defendemos que todo o sistema financeiro, e não só os bancos à beira da falência, deve ser posto sob controlo público e democrático. Isto não apenas porque os socialistas defendem que o crédito deve ser um bem público, porque a finança é um setor essencial para o resto da economia ou porque a construção de uma economia mais justa, racional, democrática e igualitária requer o controlo sobre este setor, mas também, concretamente, porque a banca privada é hoje insustentável. De facto, o sistema bancário europeu no geral não consegue sobreviver de forma independente no contexto de crise que o próprio causou. Hoje, este gigantesco zombie só se mantém de pé à custa de uma infusão de fundos públicos a dois níveis.

**“A ordem que o exército húngaro tem de disparar sobre os refugiados é apenas uma extensão da política desumanitária da UE.**

que se centre na recusa dos trabalhadores pagarem mais um cêntimo pelo sistema financeiro capitalista. Nem mais um despedimento, nem mais um corte, aumento geral dos salários, abolição da precariedade laboral, nem mais um cêntimo para uma dívida “pública” criada para salvar a banca falida. Esta luta ganha redobrada necessidade nas vésperas do possível colapso do sistema financeiro alemão.

Dos candidatos presidenciais, nesse sentido, Marisa Matias, candidata apoiada pelo BE, teve uma posição correta quando declarou – no debate com Edgar Silva – que não promulgaria o orçamento retificativo por considerar que ele era inconstitucional. Afirmou que o voltaria a enviar ao parlamento, convencida que existiria uma maioria parlamentar para apoiar outro acordo. Surpreendentemente, foi Edgar Silva, candidato apoiado pelo PCP – bem como, menos surpreendentemente, Sampaio da Nóvoa –, que declarou primeiro que promulgaria este orçamento. O fato de Silva ter considerado

Não estamos só a falar das consecutivas operações de recapitalização da banca pelos orçamentos de estado nacionais, como agora aconteceu com o BANIF, e que tinha antes acontecido com quase todos os bancos nacionais e da UE. Estamos também a falar da infusão gigantesca de 1,1 biliões (milhões de milhões) de dólares do pacote de QE (Quantitative Easing) do BCE – repetimos: 1.100.000.000.000 – ou seja, 3300 euros por cada cidadão, mais de 10% do PIB Europeu que é injetado neste momento para garantir a estabilidade financeira da banca na Europa. E, ainda assim, não se verificam grandes efeitos a nível de crescimento económico. Se isto não é sinal da falência de um modelo económico baseado num setor financeiro privado, o que será?

[1] “Não gostar, mas aplicar: o caso Banif” por João Rodrigues e Nuno Teles, *Monde Diplomatique*, 10 de janeiro 2016

# O XI CONGRESSO MUNDIAL DO COMITÉ POR UMA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

Delegados mostram solidariedade com a luta dos camaradas nigerianos, foto de Natalia Medina



## Abel Lopes e João Gorizia

Na última semana de Janeiro de 2016, na Bélgica, reuniram-se mais de 125 delegados e convidados — marxistas vindos dos 5 continentes — para realizar o XI Congresso Mundial do Comité por uma Internacional dos Trabalhadores. Foram discutidas questões tão variadas como a opressão das mulheres, o neocolonialismo, a ecologia ou as tarefas históricas do CIT e a sua cons-trução enquanto partido revolucionário internacional.

A Centelha, órgão central da secção portuguesa do CIT, expõe neste artigo, em português, mas resumida e parcialmente, o produto da discussão sobre a situação económica e política mundial. Para um conhecimento mais aprofundado das posições do CIT, aconselhamos a leitura dos documentos do congresso, publicados em [www.socialistworld.net](http://www.socialistworld.net).

## A LUTA MUNDIAL DOS TRABALHADORES

Desde o último congresso do partido, em 2010, assistimos a mudanças substanciais na situação mundial. À prolongada crise estru-

tural do capitalismo, com uma estagnação económica que dura desde 2007 e à qual se juntam sinais de uma recessão vindoura — como os abalos da bolsa chinesa e a crise do petróleo —, teve consequências políticas profundas.

De facto, todas as medidas que os governos burgueses tomaram para proteger as taxas de lucro do capital — entre as quais se conta uma febre de privatizações que mais não é do que a busca desesperada das burguesias por novos campos de extração de mais-valia —, recusando até as magras concessões que a social-democracia reclamava para a classe trabalhadora, resultaram apenas na agudização das contradições de classe dentro dos Estados. Estamos hoje numa situação económica infinitamente pior do que a de 2007, e nenhuma das chamadas “medidas contracíclicas” resultou.

Em variados países, produziram-se movimentos de massas. As consecutivas vitórias dos trabalhadores na Irlanda, com a organização da Anti-Austerity Alliance (AAA) — que o Socialist Party (CIT na Irlanda) integra —, e a iminente vitória sobre as taxas da água são exemplo disto e devem servir de modelo às lutas na periferia europeia.

Da mesma forma, ainda em casos pon-

tuais — especialmente em África —, deu-se a primeira ronda de revoluções políticas deste século. A queda dos regimes de Ben Ali na Tunísia (2011), de Hosni Mubarak no Egipto (2011) e de Blaise Compaoré no Burkina Faso (2014) ilustram-no. Na Tunísia, onde o proletariado se levantou primeiramente, as manifestações de massas foram a oportunidade prontamente utilizada pelo CIT para a criação de uma célula de revolucionários marxistas, o embrião de um futuro partido revolucionário tunisino.

A consciência de classe tem mostrado avanços, muitas vezes bruscos, seguidos de recuos. A classe trabalhadora, dispondo de parcas e frágeis organizações, lança-se em variadas experiências na tentativa de melhorar as suas condições materiais de existência, oscilando entre períodos de grande combatividade, sempre exacerbada por qualquer vitória, seguidos de períodos de desânimo generalizado após uma derrota ou desilusão. A experiência grega, que completou um ciclo inteiro em menos de um ano, mostra bem a veracidade desta descrição.

Começando com a derrocada do bipartidarismo na eleição de um governo social-democrata e abertamente anti-austeritário em Janeiro de 2015, após um crescendo de

luta e radicalização que compreendeu quase 40 greves gerais desde 2010, a situação na Grécia cedo se torna um choque entre os interesses de toda a classe trabalhadora do país — que se julgava representada pelo governo — e os interesses da burguesia grega e das burguesias imperialistas europeias. Estas últimas, através dos seus fiéis representantes políticos nas altas instituições da União Europeia, rejeitam as modestas reivindicações do programa social-democrata do Syriza. A partir daqui, os trabalhadores, sem qualquer mobilização digna desse nome a ser organizada pelo partido no poder, entraram num processo de radicalização que culminou com o referendo de 5 de Julho, onde demonstraram a sua total disposição de levar a luta contra a UE até às últimas consequências, rejeitando a austeridade. A isto seguiu-se a expectável traição do Syriza, que aceitou um programa ainda mais violento do que o previamente rejeitado, defendendo os lucros do capital contra os salários de quem trabalha. O desânimo dos trabalhadores não se fez esperar. O ícone das instituições democráticas burguesas foi estilhaçado, e o período de luto durará até uma nova perspectiva de mudança amadurecer. É neste sentido que a secção grega do CIT, Xekinima, tem trabal-

hado, numa conjuntura desfavorável e como única organização que, prevendo e alertando para a traição eminente do Syriza, não se entregou ao sectarismo do KKE (Partido Comunista Grego) ou do Antarsya. Os nossos camaradas estiveram na linha da frente em todas as acções de luta contra a austeridade, fazendo influir o socialismo científico no seio dos trabalhadores que a esquerda pretensamente revolucionária abandonou às mãos da social-democracia. Assim, o CIT na Grécia foi capaz de manter a sua modesta dimensão, mostrando até algum crescimento, e grangear o respeito de maiores sectores do proletariado.

Não obstante, muitas das lições que esta experiência transmitiu ao proletariado de todos os países são assimiladas lentamente, até na Grécia. A traição que o CIT e outros revolucionários avistaram facilmente é compreendida enquanto tal apenas pelas camadas avançadas da classe, por aqueles que lutam organizadamente. É, em parte, por este motivo que o bipartidarismo sobrevive em Espanha. Mas se a natureza irreformavelmente capitalista da UE se tornou clara em todo o continente até para trabalhadores com uma consciência média ou atrasada, nisto se operou já uma transformação importante. A “União” actual não é dos povos, mas dos grandes capitalistas, e a veracidade desta afirmação é sentida com particular acuidade na chamada “periferia” da UE — Irlanda, Grécia, Chipre, Itália, Espanha e Portugal, por um lado, mas também Hungria, Polónia e restantes países do leste da Europa, que, constituindo a outra face da medalha, têm acusado a polarização de classes não com uma viragem à esquerda, mas antes com o fortalecimento de forças de extrema-direita.

Não é espantoso, por isso, que desde o último congresso tenhamos assistido àquele que é o evento político recente mais significativo no leste da UE: a derrota eleitoral da “Plataforma Cívica” — partido neoliberal polaco — após uma onda de greves e protestos de trabalhadores, entre os quais se destacam os mineiros e as enfermeiras. A luta foi, no entanto, capitalizada pelo partido de extrema-direita “Lei e Justiça”, com promessas de prosperidade e um discurso nacionalista “eurocéptico” na ausência de um partido

de esquerda combativo. Já o partido de ex-social-democratas “Aliança Democrática de Esquerda” não conseguiu eleger um único deputado para o parlamento onde detinha assentos desde 1990. O “centro” do espectro político polaco foi esvaziado. Apenas o Razem (Juntos), pequeno partido de esquerda, cresceu, mas sem eleger deputados. Apesar do seu programa recuado, crescerá com a polarização de classe na Polónia. Os nossos camaradas empenhar-se-ão, por isso, em ganhar as suas camadas mais radicais para o marxismo.

Toda a região dos balcãs se agita. Na Roménia o governo foi derrubado com protestos contra a corrupção, assim como na Moldávia após o roubo de 915 milhões de euros dos bancos do país (15% do seu PIB). No Kosovo e na Bósnia, o cenário é igualmente explosivo. Certamente, novas forças políticas dos trabalhadores surgirão. Para que estas forças se armem com o marxismo, é necessário que os revolucionários da região cumpram as suas tarefas..

Uma polarização de classe que se manifesta até no vocabulário político dá-se também em países imperialistas. A onda de greves e protestos que abalou a Alemanha em 2015 foi a maior da última década, e um fenómeno semelhante observou-se tanto em França como na Áustria.

Na Inglaterra deu-se a eleição de Jeremy Corbyn para o lugar de dirigente do Labour Party com as suas pretensões de restaurar a social-democracia trabalhista dos tempos do pós-guerra. Esta alteração na direcção do partido de “esquerda” da burguesia não é de somenos. Ela reflecte modificações objectivas — como as que se verificaram na composição de classe da estrutura social inglesa — e subjectivas — o incremento da consciência de classe naqueles que ainda constituem a base social do Labour Party: os trabalhadores. Corbyn foi eleito com a mais larga maioria na história do partido, apoiando-se nos sindicatos e prometendo um fortalecimento do Estado Social, nacionalizações, a travagem das privatizações e o controlo público dos sectores chave da economia!

O seu problema tem sido não com os fins, mas com os meios. Corbyn, uma vez no cargo de líder do partido, revelou toda

a lealdade aos seus princípios. Entre estes, para desventura de quem trabalha, encontra-se uma cega fidelidade às instituições democráticas burguesas — especialmente ao parlamento —, à lei da classe dominante, à insalubre moral liberal. O novo líder do Labour, sendo inquestionavelmente progressista, recusa-se a mobilizar a sua vasta base de apoio para combater a direita que o ataca com todas as armas desde dentro do próprio Labour. Procura, pelo contrário, a conciliação, e é precisamente por insistir nela que concedeu, por exemplo, a “liberdade” de voto aos seus camaradas de partido na votação parlamentar que decidiu o bombardeamento da Síria pelo Reino Unido. É este o dúplice tríptico burguês: a liberdade, igualdade e fraternidade dos capitalistas para prosseguir a exploração e o genocídio.

Já nos Estados Unidos, Bernie Sanders — que se auto-intitula “socialista democrático” — tem mostrado disputar o lugar de candidato presidencial do Democratic Party, influenciando profundamente a conjuntura com as suas posições políticas, rejeitando o financiamento do grande capital e apoiando-se antes em sindicatos e pequenas doações individuais dos trabalhadores, enquanto promete o Estado Social que o proletariado dos EUA nunca viu.

Ao redor de Sanders movimentam-se massas de pobres brancos, negros, latinos, mulheres, homossexuais, em suma, a classe trabalhadora na sua heterogênea complexidade, todos os grupos explorados e oprimidos do colosso imperialista que são os Estados Unidos da América. Até sectores significativos das classes médias foram atraídos pelo candidato apresentado como “socialista democrático”. E se, devido ao estrambólico sistema eleitoral do Democratic Party, Sanders tem poucas chances de vitória, devemos ter em mente, ainda assim, que a sua campanha é não só um fruto da luta dos trabalhadores — iniciada com o desorganizado e ingénio Occupy Wall Street —, mas também um dos pontos críticos desta, i.e., um dos pontos em que se dá uma alteração qualitativa.

Abrem-se, tanto no Reino Unido como nos Estados Unidos, novas oportunidades para o CIT popularizar o marxismo através do contacto com os movimentos de massas

gerados em apoio a estes reformistas, e continuar a crescer como tem feito após as vitoriosas campanhas pelo aumento do salário mínimo e pela reeleição da camarada Kshama Sawant para o City Council de Seattle — Sawant é a primeira socialista a ocupar esta posição em qualquer Concelho dos EUA desde que Eugene Debs o fez, há mais de um século (1908), também em Seattle. E melhor: vislumbra-se a ruína do mais couraçado dos bipartidarismos, o estado-unidense. No próximo período, o Socialist Alternative (CIT nos EUA) tem como objectivo lançar, entre os por ora ingénios movimentos de trabalhadores, a palavra de ordem para a criação de um novo partido de esquerda e de massas. E este desenvolvimento, como é óbvio, terá consequências além das fronteiras dos EUA e até das américas.

Por outro lado, também nos EUA, a direita, famosa em Donald Trump, ergue-se não só com o discurso populista e nacionalista que a caracteriza, mas com uma postura abertamente racista e que procura aproveitar-se dos medos e anseios de uma parte dos pobres e dos trabalhadores, em especial dos brancos.

Ora, se as contradições de classe a nível nacional e internacional se agudizam, as contradições entre as potências imperialistas impõem-se hoje com maior intensidade do que em 2010, e proliferam guerras civis em países neocoloniais, iniciadas muitas vezes por processos de sublevação dos trabalhadores que rapidamente degeneram em conflitos sectários sob contornos religiosos ou étnicos. Nestas circunstâncias, confrontam-se, na realidade, os interesses de poderosas burguesias a custo do sangue de milhares de pobres e trabalhadores — a Líbia, a Ucrânia e a Síria são três ilustrativos casos, sendo os palcos de um conflito imperialista entre os EUA e a UE, por um lado, e a Rússia, por outro.

Com isto, a maior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial está a desenrolar-se hoje perante os nossos olhos, resultado inevitável das guerras que a crise do capitalismo desencadeou. A forma como os Estados burgueses estão a lidar com esta crise revela a total incapacidade do capitalismo de melhorar as condições de vida da humanidade na nossa época histórica.

De facto, os efeitos da gravíssima crise de sobreprodução da China — cujo apetite por matérias primas permitiu o crescimento de várias economias dependentes — são agravados pela crise do petróleo, prometendo condenar à pobreza cada vez maiores parcelas das populações de países neocoloniais como a Nigéria, a África do Sul, Angola, a Venezuela ou o Brasil, que tinham na exportação de petróleo para os países imperialistas ou na exportação de matérias primas para a China dois dos sustentáculos das suas economias. Mesmo um gigante como a Rússia, país que, apesar de imperialista, é altamente dependente do petróleo que produz, vê-se afectado — ainda para mais sendo atingido pelas sanções que o imperialismo europeu e estado-unidense impõe desde o começo da guerra na Ucrânia. O rublo entrou em colapso e o nível de vida desce visivelmente, com estimativas na ordem dos 10%. Perante isto, o governo russo procura apoio através da fomentação do nacionalismo e das ideias mais reacçãoárias.

Ora, se na Rússia o CIT tem apenas um pequeno punhado de revolucionários organizados, em países como a África do Sul, a Nigéria e o Brasil, o partido vê-se em condições de influenciar o rumo da luta de classes.

Na África do Sul, os últimos anos selaram o longo período de graça da Aliança Tripartida Sul-Africana — a união do ANC, do Partido Comunista Sul-Africano e da central sindical COSATU. O golpe mortal foi desferido pelos mineiros sul-africanos que, insurgindo-se contra o patronato e a burocracia sindical corrupta, iniciaram um período sem precedentes de greves por melhores salários. Estas greves, no seu auge, foram reprimidas violentamente num episódio que ficou conhecido como o massacre de Marikana, em Agosto de 2012. Dezenas de mineiros foram assassinados pela polícia a mando do partido de Mandela, que jura representar os trabalhadores e os pobres. Nenhuma quantidade de balas conseguiu, no entanto, dissuadir dezenas de milhar de mineiros que, firmes, conquistaram aos grandes capitalistas significativos aumentos salariais. A luta de classes deu um salto qualitativo, com as perspectivas da classe trabalhadora sul-africana, hoje, irreversivelmente

mais ambiciosas.

Nisto, os nossos camaradas do Democratic Socialist Movement tiveram uma importância incontornável, calcorreando milhares de quilómetros entre as várias minas, falando aos mineiros da necessidade de um novo partido de trabalhadores. Nasceu assim o Worker’s and Socialist Party (WASP), forjado com o sangue e o suor dos mineiros.

Em 2013, o NUMSA, sindicato dos metalúrgicos sul-africanos, com mais de 300 mil filiados, abandonou a COSATU, retirando a confiança política e o financiamento ao ANC. Este foi um passo histórico rumo à reorganização do poderoso movimento sindical do país. Mas a direcção do WASP foi incapaz de ganhar o NUMSA para o projecto de um partido de trabalhadores. Por esta razão, a queda do ANC nas eleições de 2014 foi pequena. Ainda assim, prenunciou o combate de amanhã.

Com efeito, tanto na África do Sul como no Brasil, em 2015, rebentaram protestos e um fortíssimo movimento estudantil em defesa da educação pública e de qualidade, que, no caso africano, se estendeu para os trabalhadores das universidades. Também nesta frente estamos a ter uma influência crescente, com perspectivas de crescimento para o CIT em ambos os países.

A luta no Brasil dá-se num contexto regional, na América do Sul e nas Caraíbas, de reacção influenciada, como dissemos, pela crise chinesa.

Além de estar em marcha a restauração do capitalismo em Cuba, além dos escândalos de corrupção no Brasil e da possibilidade de o PT se estilhaçar ao estilo PASOK no próximo período, além da vitória da direita neoliberal na Argentina, com Macri, temos

ainda as forças contra-revolucionárias na Venezuela prontas a anular as conquistas da “revolução bolivariana”. O proletariado latino-americano, após um ciclo de crescimento económico dos BRICS que permitiu a expansão da chamada “classe média”, será agora fustigado pela crise capitalista e, certamente, não o fará sem ripostar.

Como marxistas, sabemos que todos os processos contêm aspectos positivos e negativos, e que aqui não tratamos apenas de um processo de radicalização do proletariado que se desenvolverá linearmente até à tomada do poder. Esta é a fase inicial de um fenómeno social complexo e longo que incluirá uma grande quantidade de avanços e recuos, por vezes lentos, outras vezes bruscos e até violentos, especialmente com a recessão mundial que, como dissemos, se aproxima. Ora, a História demonstrou vez após vez que sem uma organização revolucionária preparada, as revoluções são derrotadas pela classe dominante, a que tem todas as armas à sua disposição, incluindo as ideológicas. E hoje, como nunca, a revolução é uma necessidade.

Há-que declarar: as lutas que se avizinharam serão travadas num campo diferente do eleitoral. A urgência de crescimento e fortalecimento do CIT, mundialmente, aumenta de dia para dia. Os nossos esforços são, por isso, primariamente dirigidos para a construção do partido.

## A SECÇÃO PORTUGUESA DO CIT, O SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

Como escreveu Marx, além de interpretar o mundo, interessa transformá-lo. Isto só é possível através de uma organização com

o claro objectivo de derrubar o capitalismo e construir uma sociedade nova, livre de exploração e opressão — o socialismo.

A revolução para a qual trabalhamos requer militantes disciplinados, homens e mulheres devotos à causa socialista e orientados pelo estudo do marxismo.

Requer igualmente que esses homens e mulheres, agrupados democraticamente no partido revolucionário, desenvolvam um árduo e sistemático trabalho de propaganda e agitação; se espalhem por todos os lugares a fim de granjear as forças de todos os que se erguem contra o capitalismo; participem em quaisquer órgãos e associações de combate à exploração e à opressão; e, finalmente, que no desempenho destas tarefas combatam, no seio da classe trabalhadora, o machismo, o racismo, a homofobia e as restantes ideias nocivas à união dos explorados e oprimidos contra os seus exploradores.

O Socialismo Revolucionário afirma ser esta organização em Portugal, e para isso integrou o Comité por uma Internacional dos Trabalhadores, juntando-se organicamente a milhares de camaradas marxistas espalhados pelo globo. Entendemos que o internacionalismo é indispensável para a vitória dos trabalhadores em qualquer país, e estamos convictos de que os trabalhadores de Portugal cumprirão com a parte que a História lhes outorgar na luta final por uma Terra de todo o género humano, sem amos nem fronteiras.

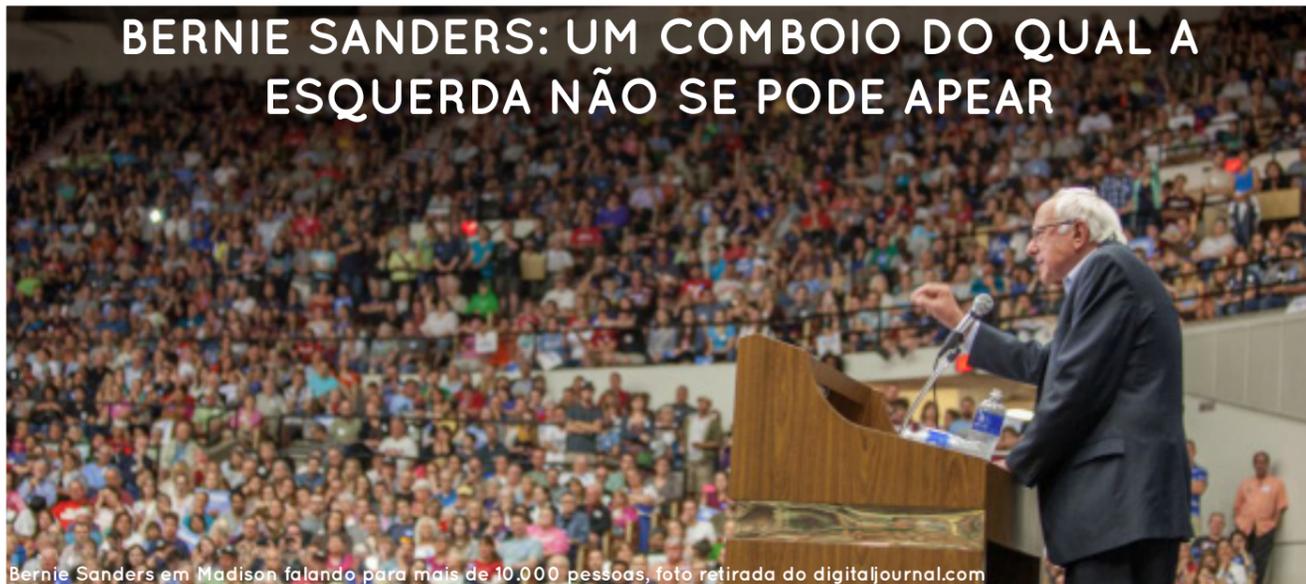
O mote que Marx e Engels lançaram em 1848 é assim reafirmado pelo XI Congresso Mundial do Comité por uma Internacional dos Trabalhadores:

**PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!**



Cantando a Internacional no encerramento do Congresso, foto de Natália Medina

## BERNIE SANDERS: UM COMBOIO DO QUAL A ESQUERDA NÃO SE PODE APEAR



Bernie Sanders em Madison falando para mais de 10.000 pessoas, foto retirada do digitaljournal.com

João Reberti

### AS PRIMÁRIAS

Como acontece de 4 em 4 anos, o foco dos media internacionais aponta, qual fiel girassol adulator, para o “free world”: os estimados Estados Unidos da América. A razão da preocupação? A eleição do general supremo da maior potência mundial. Não é preciso ser especialista em relações internacionais para perceber o impacto das alterações, por mais subtis que aparentem ser, na correlação de forças políticas da América do Norte. A maior economia do mundo tem tanto a capacidade como a pretensão de se imiscuir em todos os assuntos mundiais. Não há apenas um Estado imperialista. No entanto, a balança de poder cai, ainda confortavelmente, para o lado do imperialismo americano.

Entende-se, portanto, a natureza da atenção dada às primárias estadunidenses no plano internacional. Por esta altura, já é seguro afirmar que as duas corridas realmente existentes são: Donald Trump vs Ted Cruz, no partido Republicano; Hillary Clinton vs Bernie Sanders, por parte do dito Partido Democrata. Porquê “dito”? Porque, como veremos, este se encontra blindado de várias formas à real influência das votantes.

As primárias vão-se sucedendo, estado após estado, e a votação pelos registados elege delegados. Um certo número de votantes dá direito a um delegado, e é este que

vota pelas pessoas no candidato da primária. Se houver empates na eleição de um delegado, recorre-se ao lançamento de moeda (curiosamente, Clinton ganhou 5 lançamentos seguidos no mesmo estado). Mas para além dos delegados, que representam a vontade de centenas de pessoas, há ainda os superdelegados — ex-membros do congresso, ex-senadores, entre outros, ainda afectos ao Partido Democrata — que individualmente têm o mesmo peso que os “simples” delegados e que, conjuntamente, constituem 20% do total dos delegados! A resistência a alterações significativas vindas de baixo dá-se com este sistema.

Mas esquecendo os detalhes, se bem que importantes, dos meandros da política norte-americana, o interesse de qualquer verdadeiro socialista em Bernie Sanders advém da oportunidade que ele representa para a classe trabalhadora estadunidense. Produto das circunstâncias históricas, uma consciencialização e politização pós-crise de 2008, Bernie e a sua retórica alicerçada em temáticas económicas encontraram tracção na mobilização de vastos sectores da classe trabalhadora. É devido a essa preferência que se torna possível estabelecer laços com a classe trabalhadora de forma mais alargada, pois esta mobiliza-se por necessidade como um sistema nacional de saúde, um ensino superior gratuito e um salário mínimo nacional.

Sabemos, no entanto, que nada disso depende única e somente da eleição de Bernie, mas é no processo de discussão e luta con-

creta que isto se tornará evidente para um grupo maior de pessoas. Falamos de comícios tão participados que centenas de pessoas acabaram por ficar à porta. Pelo contrário, nos comícios dos seus adversários, sabe-se que foi necessário recorrer a agências de figurantes para criar uma mancha humana.

### O QUE FAZER?

“Qual o papel dos socialistas?”, pergunta a nossa secção irmã, Socialist Alternative. O movimento por detrás da campanha Bernie é um presságio do potencial revolucionário da classe trabalhadora e, em particular, da juventude. Esta, após a crise de 2008, carregou nas costas a recuperação económica norte-americana. Apesar de uma taxa de desemprego relativamente baixa (5% neste momento), o sub-emprego, a precariedade, a dívida estudantil e um salário mínimo de pobreza (somente capaz de impedir ao trabalhador o recurso a food-stamps), radicalizaram camadas vastas dos jovens trabalhadores americanos. Quando se fala em ensino superior gratuito a nível federal até os estudantes menos politizados demonstram interesse. A situação é tal que o 2º maior tipo de dívida nos EUA é a dívida aos bancos para poder estudar, atrás apenas das dívidas para habitação! Portanto, quando surge um candidato que põe em causa esse sistema de ensino e oferece uma alternativa, por mais reformista que seja, torna-se evidente que posições de facto socialistas podem produzir um eco nas

mentes de milhares de pessoas.

Mas permanece a pergunta: o que deve fazer um socialista? Alguns consideram mais importante denunciar Sanders como social-democrata e recusar-se a participar no movimento, esquecendo que qualquer pessoa que tem pretensões de emancipar a classe trabalhadora tem de manter-se, de facto, junto da classe trabalhadora! Trata-se de aproveitar o momento para radicalizar milhares de trabalhadores, fazendo a crítica à natureza antidemocrática e burguesa do Partido Democrata, defendendo a necessidade um movimento de bases, organizado, batendo-se por mudanças efectivas através da luta concreta nos diferentes espaços de acção.

É certo que não será fácil. Os novos militantes ou simpatizantes aparecerão com diferentes níveis de conhecimento político. O desafio da educação recai sobre aqueles que têm o entendimento, devido à militância e à formação, da necessidade objectiva de crescer enquanto movimento, quer qualitativamente, quer quantitativamente. Tal é estritamente necessário para um partido socialista alargar as bases para além das pessoas com uma predisposição para o marxismo, para além dos círculos universitários e sindicais.

Os momentos possibilitados pela campanha são inestimáveis. Estar em contacto com movimentos como o Black Lives Mat-

ter (Vidas Negras Importam) e sindicatos, torna inevitável a criação de ligações e a concertação de acções. Em altura alguma se define Bernie Sanders como um fim. Pelo contrário, a sua campanha é conscientemente utilizada como um meio.

### E DEPOIS?

Como é que se garante a sobrevivência do movimento após as primárias, ou até após as presidenciais? A verdade é que não se garante. O máximo que podemos propor-nos a obter é a consolidação de novos camaradas e aliados, transformando tanto as condições objectivas como as subjectivas da luta de classes. O sectarismo tem o perverso efeito de assegurar que a “pureza” das convicções não chega a ninguém, sendo no entanto uma aposta segura, sem riscos, sem diluição de carácter. É também uma aposta que relega essas seitas para um canto da luta de classes, gritando ao comboio que passa.

É tarefa de qualquer revolucionário organizar o proletariado, e para organizar é preciso informar. É nesse sentido que a nossa secção irmã não se coíbe de criticar abertamente as posições do Bernie. Por exemplo condena a falta de internacionalismo de que é prova a política externa de Sanders, condena o prometido apoio a Hillary Clinton caso perca as primárias e defende a candidatura independente de Sanders nesse cenário.

É preciso ter em consideração que falamos do coração do império, a potência hegemónica num sistema quasi-unipolar. A ideologia dominante — plasmada em miríades de matizes, desde o anticomunismo patente nas gerações mais velhas ao american dream que se desvanece progressivamente — foi enfraquecida mas permanece forte. As condições objectivas influenciaram a consciência colectiva. Com a crise de 2008 ficou demonstrado, cristalinamente, o teor da opção política que salvaguardou os bancos, a clara opção de classe que determinou o resgate da banca financeira. Todavia, a estrutura, a organização ou partido capaz de encaixar essa crise e canalizar o descontentamento para mobilizações concretas, com um programa político, ainda não existia, face ao período de refluxo após a queda da União Soviética.

Estes últimos anos foram, portanto, anos de reconfiguração política, de reorganização de forças, depois de retiradas as devidas lições do porquê do aparente falhanço dos últimos movimentos. Não podemos senão procurar guiar e influenciar a classe trabalhadora durante o próximo período de crise que se avizinha. Sabemos que sem um partido organizado e munido do marxismo, os esforços conjurados serão em vão ou, no máximo, pouco eficazes.



Marcha em Chicago, foto retirada de socialistalternative.org

# TRABALHO ARTISTICO: PRECARIEDADE E EXPLORAÇÃO

Minerva Martins

Leon Trotsky, na sua obra *Literatura e Revolução*, afirma que a arte não está isolada do processo histórico objectivo — processo este que o materialismo dialéctico analisa e procura transformar. A arte é utilitária à própria história e ocupa um determinado papel na luta de classes. Os materiais da arte são os materiais da própria vida. Quem cria a forma artística é um ser humano vivo que participa num determinado modo de produção, base da realidade material.

A burguesia, enquanto classe dominante e produtora de uma cultura dominante, produz uma arte dominante, regida por políticas que expressam os seus interesses. A arte é, assim, um instrumento de dominação de classe.

Os proletários, não detendo os meios de produção, não detêm os mecanismos de produção da cultura. Abrir caminho para uma nova cultura implica a apropriação material desses meios por via de uma revolução proletária.

Transformações radicais nas condições materiais objectivas implicam sempre uma alteração sobre a forma de pensar o papel da arte na sociedade. A arte revolucionária é, para Trotsky, uma arte progressista, que une os trabalhadores na luta de classes. A arte socialista seria uma arte que reflectiria os valores de solidariedade de uma sociedade socialista vigente.

Uma das afirmações de Theodor Adorno — intelectual associado à Escola de Frankfurt — é de que a liberdade da arte está fundada na própria ideia de uma sociedade livre. Pelo contrário, numa sociedade capitalista, a produção artística e o fenómeno de mercantilização da arte são orientados por lógicas de mercado que obscurecem as

relações desiguais de produção e propriedade em que assentam. O carácter social do trabalho (da relação entre produtores) é dissimulado pela forma-dinheiro da mercadoria, pela relação mística entre produtos. Em suma, a liberdade criativa é constringida pela realidade material dos artistas - pelo modo de produção fetichista que regula o seu processo e escolhas artísticas, as suas redes de dependência de produção e distribuição da arte, o acesso a instrumentos de trabalho.

## TRABALHO ARTÍSTICO: UM TRABALHO EXCEPCIONAL?

Uma das particularidades que é apontada ao trabalho cultural/artístico enquanto trabalho criativo é o da auto-motivação e autonomia dos artistas — como se tal definisse um carácter excepcional deste trabalho sem relação com o sistema de produção capitalista.

Investigadores das organizações têm teorizado sobre uma “viragem cultural” recente na gestão de empresas como estratégia para melhorar a produtividade e performance organizacional. Por oposição a uma implementação de gestão racional e burocrática, são valorizados o “empreendedorismo” e a “criatividade” nos locais de trabalho. Os trabalhadores devem estar alinhados com os objectivos da organização, mostrando iniciativa de auto-actualização. O desempenho no mercado competitivo é encarado como dependente de uma “boa cultura” de organização, do envolvimento “empreendedor” de todos os trabalhadores na construção dessa cultura.

A ideia de uma “viragem cultural” na gestão organizacional e alguns dos argumentos utilizados para justificar um carácter excepcional do trabalho criativo — foca-

dos na satisfação, autonomia e dedicação à actividade laboral — levantam algumas questões que Marx aborda nos seus textos sobre a alienação no processo de trabalho: “O que constitui, então, a alienação no trabalho? (...) o trabalhador não se afirma enquanto indivíduo, mas nega-o, não se sente satisfeito mas infeliz, não desenvolve livremente a sua energia física e mental mas mortifica o seu corpo e arruina a sua mente” (Marx, “Trabalho alienado”, *Manuscritos económicos e filosóficos de 1844*).

É importante, neste sentido, salientar que uma parte relevante do trabalho dos artistas e dos trabalhadores de organizações que procuram implementar uma certa “cultura da felicidade e criatividade” é precisamente a manifestação de vontade, desejo, entrega face às suas obrigações e tarefas profissionais. Os critérios de selecção dos trabalhadores (e também de concorrentes em concursos artísticos) passam pela avaliação do seu empenho e dedicação à actividade (à arte dos candidatos). O “bom” artista é idealizado como aquele que mostra o “amor” pela sua arte, que se sujeita a qualquer imposição para distribuir a sua obra pelas audiências, que coloca a oportunidade de se expressar artisticamente acima da oportunidade de garantir os seus próprios meios de subsistência.

## AS “OPORTUNIDADES” DO SECTOR ARTÍSTICO

No sector profissional artístico têm proliferado discursos e espaços de “oportunidade” para o artista se revelar nos meios de comunicação perante as suas vastas audiências. Estão disponíveis inúmeros castings e concursos de talentos que envolvem esforços elevados por parte dos candidatos em termos de gastos financeiros e tempo, mas que não lhes garantem qualquer estabilidade laboral ou retribuição monetária. Os indivíduos participam por uma suposta oportunidade de auto-expressão, de aprendizagem, de prova (para si e para os outros) do seu próprio valor enquanto artistas.

Competem individualmente pelo prémio final (apenas prometido para o “melhor”, o vencedor único). O trabalho artístico é parte dessa promessa meritocrática, mas desvalo-

rizado relativamente à ideia abstracta de auto-expressão criativa através da arte. Quem revelar ser o melhor competidor é apresentado como aquele que tem (e que “deve” ter) as maiores probabilidades de garantir trabalho e remuneração pela arte — sendo que o trabalho remunerado constante mantém-se apenas como promessa meritocrática, nunca como garantia.

Durante esse processo, os concorrentes — enquanto “investidores empreendedores” — suportam os custos de transportes e alimentação, roupa, acessórios e maquilhagem (recursos que são apresentados como vantagens para a sua valorização artística nos castings). Alguns arriscam o seu emprego e desempenho escolar. Assinam contratos de exclusividade que prevêm a mercantilização de qualquer elemento disponível da sua “história de vida” e imagem por determinado período de tempo — sem direito a salário.

As empresas, entretanto, têm a possibilidade de lucrar com esse mesmo processo de casting (através de concursos de talento televisivos, por exemplo), garantindo por isso trabalhadores que não se vêem enquanto tal, que não se organizam enquanto tal, que não exigem ou lutam por direitos laborais. Lucram com demonstrações dramatizadas de auto-motivação dos artistas relativamente à “oportunidade” que lhes foi concedida. Mas essas demonstrações são ao mesmo tempo necessárias para que os indivíduos alcancem visibilidade e determinados resultados no concurso.

Esta particularidade apontada ao trabalho criativo — a postura empreendedora e dedicada — torna-se parte do guião que os concorrentes devem seguir nos concursos de talento televisivos para poderem sonhar (com “mérito”) com um estatuto de profissional das artes e do espectáculo, e ainda com a remuneração monetária que (possivelmente) advém desse estatuto. Nesse guião não constam as condições do contrato legal que rege o trabalho criativo que estão a desempenhar enquanto concorrentes. Pelo contrário, os indivíduos devem manter-se silenciosos face às reais situações de exploração a que estão sujeitos enquanto asseguram o quanto estão empenhados no objectivo de revelação do seu talento artístico.

## HÁ EXPLORAÇÃO NO TRABALHO CRIATIVO

É comum os profissionais da arte aceitarem condições de trabalho sem qualquer remuneração ou garantia de direitos. Mas esse aparente consentimento por parte do artista não é o mesmo que dizer que não há exploração capitalista. Continua a existir exploração do trabalho pelo capital, quer o trabalhador receba ou não um incentivo na realização das suas tarefas profissionais e qualquer que seja o papel da criatividade no processo de trabalho. A relação entre trabalho e capital, enquanto relação objectiva, é a base da alienação do trabalhador face à sua própria actividade laboral e ao produto do seu trabalho.

Os antagonismos nos interesses de classe entre o proletariado e a burguesia manifestam-se no processo de trabalho. Maiores níveis de riqueza produzidas têm como consequência a acumulação de capital e a multiplicação de proletários cada vez mais privados de propriedade e meios de subsistência. A produção torna-se, em capitalismo, uma actividade de alienação do trabalhador.

## A PRECARIEDADE E A LUTA COLECTIVA DOS ARTISTAS

Em Portugal, as condições de precariedade no trabalho artístico são generaliza-

das. Os vínculos laborais são geralmente intermitentes e instáveis. Os pagamentos a recibo verde são comuns, acompanhados de uma ausência de protecção e direitos sociais da profissão. Os apoios públicos às instituições culturais existentes em todo o país são escassos, ficando os artistas dependentes da gestão e interesses de grupos empresariais multinacionais. Para além disso, não existem mecanismos eficazes de fiscalização das condições de trabalho ou movimento sindical significativo. A instabilidade, precariedade e intermitência normalizadas são obstáculos acrescidos a formas de organização colectiva.

O claro ataque dos últimos anos à classe trabalhadora através de medidas de austeridade significou também um claro ataque às condições de vida dos artistas e de todos aqueles envolvidos em actividades profissionais ditas criativas. A precarização e instabilidade actuais afectam os trabalhadores de uma forma transversal. As lutas dos artistas são, por isso, as lutas de todos os trabalhadores, e as lutas de todos os trabalhadores são as lutas dos artistas.

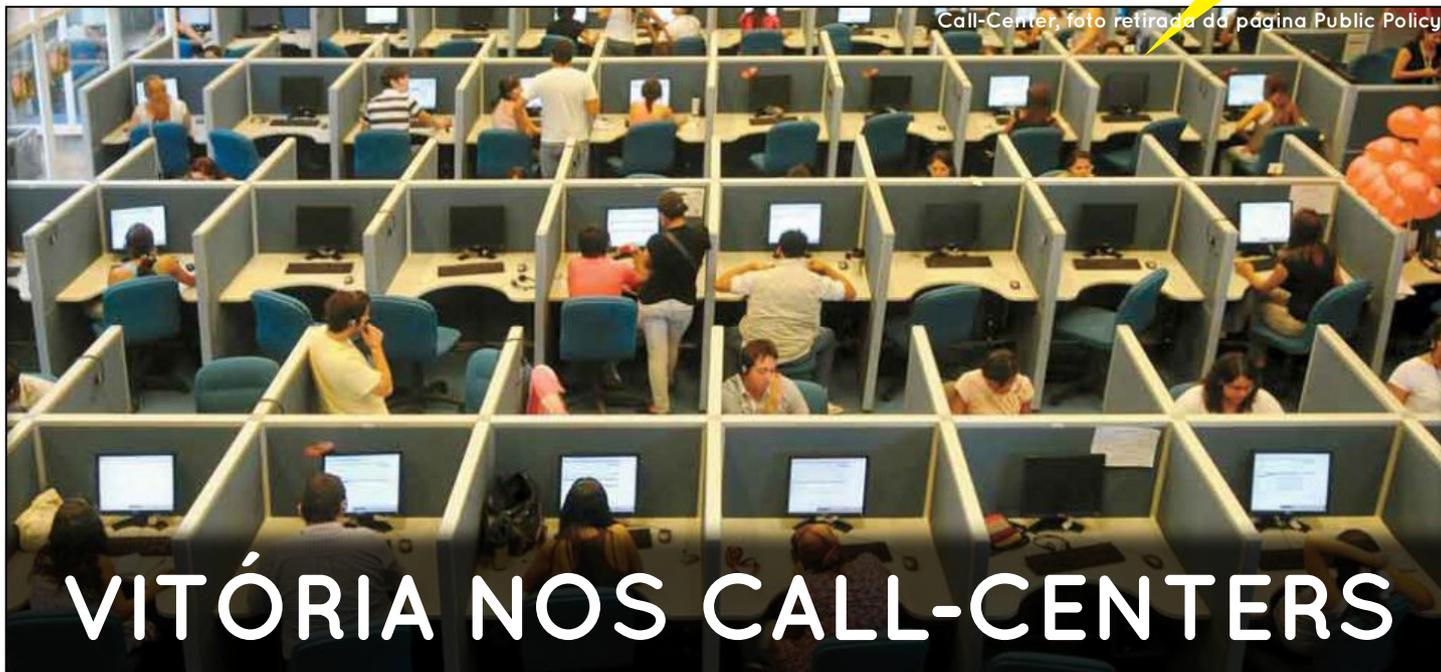
É urgente não só desenvolver formas de organização sindical e colectiva dos profissionais do espectáculo e dos audiovisuais — em solidariedade com outros sectores —, como também utilizar as contribuições diversas da criação artística para intervir na mudança das relações capitalistas vigentes.



# A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.3 MAR / ABR '16 preço 1.00 Solidariedade 2.00



## VITÓRIA NOS CALL-CENTERS

*Tomás Nunes*

**E**m Dezembro de 2015 o governo aprovou um aumento do salário mínimo de 25 euros, totalizando 530 euros. A empresa Teleperformance rapidamente arranhou uma forma de não pagar os custos do parco aumento salarial, cortando 25 euros no prémio de assiduidade. Esta é a empresa que se diz a melhor para trabalhar, a mesma que apresentou um lucro de 8.3 milhões de euros em 2014, só em Portugal. Tratou-se de um procedimento ilegal, um dos muitos. No entanto, o STCC (Sindicato dos Trabalhadores do Call-Center), formado a 26 de abril 2014, juntou os trabalhadores numa luta que se revelou frutífera.

O STCC convocou uma reunião com a Teleperformance, mas esta foi prontamente recusada. Em consequência, iniciou uma campanha para combater a situação. A intimidação da empresa de nada serviu. Através de panfletos e comunicados, o sindicato ganhou o apoio dos trabalhadores e por

meio dos comunicados de imprensa, pressionando a empresa.

Alcançou-se uma vitória importante, que não se deve analisar apenas pela reduzida quantia de 25 euros, mas pela prova dada de que os trabalhadores unidos e coordenados conseguem obter muito mais do que qualquer um sozinho. Em particular num ambiente tão hostil como é o sector dos call-centers, onde milhares de trabalhadores enfrentam condições laborais terríveis: salários baixos, horários ilegais, contratos precários ou até mesmo inexistentes e ambientes laborais de grande tensão.

Apesar das inúmeras ilegalidades praticadas nos call-centers, não existiam soluções coletivas e reivindicativas, que juntassem os trabalhadores à volta da luta por melhores condições. Por isso, a necessidade de sindicatos combativos torna-se ainda mais importante neste sector, mas também noutros como fast-food ou nas grandes cadeias de distribuição alimentar. A organização e a cooperação entre trabalhadores amplifica

as reivindicações e pressiona a entidade patronal.

### CONTINUAR A LUTA

Num sector tão precário como o dos call-centers ainda há muito por conquistar: salários justos, lutar pela contratação coletiva, a eliminação dos falsos recibos verdes e dos contratos temporários, regulamentar o trabalho nos call-centers como sendo de grande desgaste, exigir a correta higienização dos locais de trabalho e finalmente lutar pelo livre direito à atividade sindical.

Portugal é ainda um país com uma taxa de sindicalização muito baixa. Devemos lutar por sindicatos combativos e mobilizadores, que centrem a sua luta na acção dos trabalhadores, combater um sindicalismo de cúpulas, burocrático e conciliador é tarefa central para acabar com a crise dos sindicatos.

**A FORÇA ESTÁ NA UNIÃO, A UNIÃO ESTÁ NO SINDICATO.**